

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ATUARIAIS**

**A UTILIZAÇÃO DO BALANÇO SOCIAL COMO INSTRUMENTO DE
EVIDENCIAÇÃO DE ASPECTOS SOCIOAMBIENTAIS DE EMPRESAS DE
GRANDE PORTE NO RIO GRANDE DO SUL DE 2007 A 2009: ESTUDO DE
CASO DA ALBERTO PASQUALINI – REFAP S/A**

Helena Guilhermina Bruxel Corrêa

**Porto Alegre
2010**

Helena Guilhermina Bruxel Corrêa

**A UTILIZAÇÃO DO BALANÇO SOCIAL COMO INSTRUMENTO DE
EVIDENCIAÇÃO DE ASPECTOS SOCIOAMBIENTAIS DE EMPRESAS DE
GRANDE PORTE NO RIO GRANDE DO SUL DE 2007 A 2009: ESTUDO DE
CASO DA ALBERTO PASQUALINI – REFAP S/A**

Artigo apresentado ao Programa de Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Contabilidade.

Orientadora: Dra. Romina Batista de Lucena de Souza.

Porto Alegre

2010

RESUMO

Problemas ambientais e sociais afligem nossa sociedade atualmente. Não podemos negar as melhorias que ocorreram, mas muita coisa ainda precisa ser feita. As empresas contribuem em grande parte com os problemas ambientais e sociais, por isso, cada vez mais, elas vêm investindo em ações para remediar e prevenir esses problemas, demonstrando isso através do Balanço Social. Nesse trabalho, abordou-se a questão da responsabilidade social, assim como o Balanço Social, sua evolução, importância e obrigatoriedade, conforme pesquisa bibliográfica. Além disso, foi feita uma análise a respeito da posição dos órgãos normatizadores, como a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), a respeito dessa demonstração. Realizou-se, também, o estudo de caso do balanço social da Refinaria Alberto Pasqualini – REFAP com o objetivo de observar a utilização do mesmo para evidenciar as ações e investimentos sociais e ambientais, por parte da empresa em análise. Através da comparação de alguns dos indicadores de desempenho referentes aos anos de 2007, 2008 e 2009, e do co-relacionamento destes com o restante do relatório social anual da empresa, foi possível concluir que o Balanço Social demonstra em que a empresa investe em relação a números e suas evoluções, porém se mostra necessária a elaboração de um relatório social para saber como ela faz esses investimentos.

PALAVRAS-CHAVE:

Responsabilidade Social, Balanço Social, Refap.

1. INTRODUÇÃO

O mundo tem sofrido problemas de ordem ambiental e social. No âmbito ambiental, os problemas começaram a ser relevantes a partir da descoberta e uso do petróleo, em 1857. A partir desse período, o homem saltou para uma era de industrialização constante. Contudo, esse desenvolvimento trouxe como efeito colateral a poluição, ou seja, *“além de destruirmos as reservas naturais sobrecarregamos o meio ambiente com poluentes”* (Gioda, 2007).

Essa poluição e destruição ambiental estão gerando extinção de espécies de animais e plantas, além do aquecimento global, o que acarreta em degelo das calotas polares e aumento do nível dos oceanos. O efeito disso não é uma unanimidade entre especialistas, mas, caso não haja mudanças, poderá ocorrer graves problemas em nosso ecossistema.

No âmbito social, ocorrem diversos problemas, alguns até graves e inadmissíveis, para muitos, no século XXI, como fome e miséria social. Além disso, muitos sofrem com o desemprego, falta de saúde pública, saneamento básico, entre outros.

O crescimento dos problemas acima citados passou a ser percebido com mais evidência pela sociedade. Empresas poluidoras passaram a ser punidas e a sociedade passou a considerar melhor aquelas que praticam atos que ajudam a melhorar os índices sociais e ambientais. Dessa forma, empresas que conseguem manter suas operações de forma que degrade o mínimo possível o meio ambiente e que se preocupe com o desenvolvimento social são as que possuem responsabilidade social.

Investimentos em inclusão social, promoção da cidadania, preservação ambiental e sustentabilidade são exemplos do que as empresas com responsabilidade social praticam. Esses investimentos passaram a ocorrer porque as organizações viram que os consumidores passaram a escolher produtos de empresas que tem outros tipos de valores e não somente lucro.

O aumento da consciência da sociedade a respeito da degradação ambiental e do crescimento da violência, da desigualdade e exclusão social contribuiu para a

evolução do conceito de responsabilidade social e fez com que a sociedade visse o papel das empresas de outra forma.

Para as empresas é muito interessante divulgar suas ações que são parte da responsabilidade social, pois isso pode ser um fator competitivo no contexto atual. Dessa forma, se tornou importante a elaboração e divulgação do balanço social, ou seja, uma evidência da responsabilidade social da empresa.

No presente trabalho, analisaremos a responsabilidade social e o balanço social, com os requisitos e obrigações da empresa. Além disso, realizaremos um estudo de caso na Refinaria Alberto Pasqualini – REFAP, em que será analisado o balanço social da mesma e as informações contidas nele.

2. METODOLOGIA

Para a realização desse trabalho será utilizado o método descritivo.

A pesquisa descritiva configura-se como *“um estudo intermediário entre a pesquisa exploratória e a explicativa, ou seja, não é tão preliminar como a primeira nem tão aprofundada como a segunda”* (Beuren, 2008, p. 81). Já Andrade destaca que *“a pesquisa descritiva preocupa-se em observar os fatos, registrá-los analisá-los, classificá-los e interpretá-los, e o pesquisador não interfere neles”* (Beuren, 2008, p.81). Dessa forma, os fenômenos do mundo físico não sofrem qualquer interferência do pesquisador.

Com o intuito de não deixar o trabalho se estender, mantendo-o no foco do assunto, o estudo descritivo exige do pesquisador, segundo Treviños, uma *“delimitação precisa de técnicas, métodos, modelos e teorias que orientarão a coleta e interpretação dos dados”* (Beuren, 2008, p. 81).

Esse trabalho, também, será baseado na pesquisa bibliográfica, definida por Cervo e Bervian como a pesquisa que *“explica um problema a partir de referenciais teóricos publicados em documentos”* (Beuren, 2008, p. 86). Esse tipo de pesquisa pode ser utilizado em conjunto com a pesquisa descritiva. Segundo Gil, a pesquisa bibliográfica é desenvolvida mediante material já elaborado, principalmente livros e artigos científicos (Beuren, 2008, p. 87). O material consultado nesse tipo de pesquisa abrange uma parte do material já tornado público em relação ao tema de estudo.

Quanto aos procedimentos, será realizado o estudo de caso da Alberto Pasqualini – REFAP S/A, uma empresa de grande porte no Rio Grande do Sul, nos anos de 2007 a 2009, a fim de avaliar forma de apresentação de seus indicadores sociais. Segundo Beuren, o estudo de caso *“quando relacionado à Contabilidade, concentra maior número de pesquisas em organizações, visando à configuração, à análise e/ou à aplicação de instrumentos ou teorias contábeis”* (2008, p. 84).

Nesse caso, visamos à forma de evidenciação de aspectos socioambientais sob a aplicação do Balanço Social na empresa descrita acima. Para adquirirmos os Balanços Sociais dos anos referidos, recorreremos ao site da empresa, onde foram encontradas todas as informações.

Para obtermos resultados foi realizada a comparação de alguns dos indicadores de desempenho entre os anos de 2007, 2008 e 2009, e isto foi relacionado com o restante do Relatório Social para verificar a suficiência das informações demonstradas no Balanço Social.

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1 RESPONSABILIDADE SOCIAL

3.1.1 Histórico

De acordo com Tinoco e Reis (2009), o histórico da Responsabilidade Social remonta de meados do século XVI, onde era vista apenas como a responsabilidade a respeito de dívidas que o dono de algum negócio deixava para seus filhos, como consequência de sua morte.

No entanto esse conceito foi evoluindo e foi posta em questão muitas vezes como, por exemplo, no julgamento do caso de Dodge *versus* Ford.

Henry Ford, presidente e acionista majoritário da Companhia Ford em 1916, comunicou aos demais acionistas que os lucros da companhia seriam reinvestidos para fins de expansão da empresa e diminuição nos preços dos automóveis, por causa dessa afirmação, os irmãos Dodge processaram a empresa.

Ford queria colocar a maior porção de seus lucros no próprio negócio para poder empregar mais pessoas e ajudá-las a organizar suas vidas e construir seus lares.

O pedido de Ford foi negado, pois a Suprema Corte de Michigan justificou que uma empresa visa o lucro em primeiro lugar, assim sendo favorável aos demais acionistas em detrimento dos objetivos sociais propostos.

Isso foi alvo de muitas críticas fazendo com que muitas decisões do mesmo tipo fossem favoráveis às doações por parte das empresas, tanto que foi

estabelecida em lei a filantropia corporativa. Isso deu força aos defensores da responsabilidade social que defendiam que não só a filantropia corporativa, mas também outras ações de cunho social e ambiental deveriam ser efetuadas pelas organizações, mesmo que isso não representasse ganhos financeiros.

Daí pra frente, a conscientização da sociedade frente ao aumento dos problemas ambientais e sociais só foi aumentando.

A evolução das discussões e das pressões acerca da responsabilidade social nas empresas tinha o objetivo de conscientizar os executivos sobre essas questões de cunho social e ambiental, e, frente a isso, a expectativa de que as empresas pudessem criar condições para se inserirem de maneira mais harmônica e solidária em questões de interesse da sociedade, ampliando o espectro de doações e filantropia para a institucionalização da responsabilidade social enquanto parte das operações regulares de negócios das empresas nas quais a ética, e não os interesses privados e puramente econômicos, deveriam nortear as decisões empresariais (TINOCO; REIS, 2009, p. 08).

Atualmente, a Responsabilidade Social se tornou tão importante para a sociedade que passou a representar um aspecto bem relevante a ser levado em consideração nas estratégias das empresas, pois passou a ser uma vantagem competitiva com o chamado “marketing verde”.

3.1.2 Definição e visões

Segundo Ashley, citado por Raimundini, Junqueira e Oliveira, *“Responsabilidade Social é o compromisso que uma organização deve ter com a sociedade, mediante atos e atitudes que proporcionam resultados positivos e favoráveis às partes envolvidas, independente de seu porte” (2008).*

Conforme o Conselho Regional de Contabilidade, a Responsabilidade Social Empresarial é uma forma de gestão que prioriza a relação ética e transparente da empresa com os seus públicos interno e externo, estabelece metas empresariais compatíveis com o desenvolvimento sustentável da sociedade e caracteriza-se,

ainda, pela preservação dos recursos ambientais e culturais, pelo respeito à diversidade e pela promoção da redução das desigualdades sociais.

Responsabilidade social empresarial é a forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais ela se relaciona e pelo estabelecimento de metas empresariais que impulsionem o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para as gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais (Ethos, 2010).

Entretanto, não é essa a visão de todos os empresários e autores. Muitos ainda detêm um pensamento que levanta discussões. Friedman, citado por Siqueira, afirma ser uma doutrina subversiva *“a aceitação por parte de dirigentes das empresas de uma responsabilidade social que não a de fazer tanto dinheiro quanto possível para seus acionistas”* (2005). Essa abordagem levanta uma série de considerações: uma delas é a identificação da entidade que exercerá a mitigação dos problemas sociais. O Estado seria a resposta mais óbvia, mas isso geraria um paradoxo, já que os pensadores neoliberais defendem a redução da influência do Estado a um patamar mínimo.

Outro ponto de análise é a de que, segundo Siqueira, *“a afirmação de que uma empresa que age de maneira socialmente responsável estaria contrariando aos interesses dos acionistas parece ser uma avaliação um tanto superficial, principalmente quando uma corrente de autores é categórica em afirmar que as empresas não assumirem a responsabilidade social, a sociedade levará a fazê-lo”* (2005). Dependendo do grau de organização de uma sociedade, essa pressão será feita de maneira onerosa para a empresa.

É inevitável dizer que as empresas são entidades extremamente visíveis e a implementação de ações socialmente positivas vem sendo cada vez mais requisitadas pela sociedade. Além disso, a posição de destaque das empresas no mundo é um fato que reforça a posição em prol da existência de uma responsabilidade social nas empresas. Essas organizações, em suas operações normais, utilizam recursos naturais, afetam o nível de emprego através de seus investimentos e decisões e poluem ar, rios e mares. Logo, segundo Siqueira, *“afirmar que instituições com tamanho poder, com enorme potencial para criação de externalidades, que desenvolvem uma interação tão intensa e constante com a*

sociedade não tem responsabilidade para com esta é, no mínimo, bastante discutível” (2005).

Essa discussão se aprofunda ainda mais de for considerado que as empresas apresentam, geralmente, grande longevidade e que as decisões que emanam delas e que provocam profundos impactos ambientais onde estão inseridas são realizadas por pessoas que, muitas vezes, sequer vivem no país.

Já Drucker reconhece a existência de uma responsabilidade social. Para ele, as empresas não deveriam se limitar a reagir às pressões sociais, mas se antecipar a elas, já que *“cedo ou tarde a sociedade vai considerar qualquer impacto causado por um ataque à sua própria integridade e vai cobrar um alto preço daqueles que não tomaram para si a responsabilidade de trabalhar para eliminar o impacto ou para descobrir uma solução para o problema” (Drucker; 2001).*

O que Drucker defende, entretanto, não é uma responsabilidade social baseada no seu valor intrínseco, mas sim no que pode acarretar em vantagem para a empresa. Logo, segundo Siqueira, *“ao ser socialmente responsável, as empresas estariam agindo de acordo com os interesses de seus acionistas, pois agregariam um diferencial aos bens e serviços por ela gerados ou reduziriam a insatisfação na sociedade impedindo regulamentações onerosas” (2005).*

3.2 BALANÇO SOCIAL

3.2.1 Histórico

A prática do balanço social é recente. Suas origens vem, conforme a literatura aplicada, *“a partir da década de 1960, nos Estados Unidos da América, e no início da década de 1970, na Europa – particularmente na França, Alemanha e Inglaterra – , que a sociedade iniciou uma cobrança por maior responsabilidade social das empresas e consolidou-se a própria necessidade de divulgação de relatórios e balanços sociais anuais” (Ibase, 2008).* Essa concepção veio em resposta aos diversos problemas decorrentes do crescimento econômico, como a poluição e o uso indevido dos recursos naturais, além de problemas de ordem trabalhista. Devido

a isso, procurou-se uma forma de apresentação a sociedade de suas atividades, de suas relações sociais e do reflexo social de suas variações patrimoniais. Dessa forma, nos Estados Unidos, propôs-se uma demonstração denominada inicialmente de relatório gerencial e consagrada como Balanço Social, a partir da década de 1970.

Para uma maior compreensão da evolução dessa demonstração, descrevemos a trajetória da implantação dessa demonstração na América do Norte, Europa e América Latina.

Nos Estados Unidos, a Guerra do Vietnã, com o uso de armamento sofisticado que prejudicou o homem e o meio ambiente, além da discriminação da raça e do sexo no trabalho, fez com que as pessoas debatessem mais abertamente as questões da posição da empresa perante a sociedade e exigisse uma posição mais ética.

Problemas sociais e ambientais começaram a se intensificar em 1962, com a NASA, *“encarregando o Professor Raymond Bauer da execução de investigações sobre as consequências socioculturais do programa espacial, tendo a primeira abordagem a finalidade de averiguar a responsabilidade social do empreendimento”* (Medeiros; Reis, 2009, p. 39).

Mais tarde, grandes empresas começaram a apresentar anualmente relatórios dos resultados obtidos com investimentos sociais. Segundo De Luca, citado por Reis & Medeiros, *“a maioria das informações é apresentada englobando, numa mesma apreciação, o homem na empresa e a empresa na sociedade”* (2009, p. 39)

Atualmente, o enfoque do Balanço Social nos Estados Unidos *“tem uma conotação ampla, voltada para o ambiente externo, isto é, a satisfação de consumidores, clientes e da sociedade em geral, qualidade dos produtos, controle da poluição, preservação do meio ambiente, contribuição da empresa às obras culturais, transporte coletivo e outros benefícios à coletividade”* (Reis; Medeiros, 2009, p. 41).

O Balanço Social de países europeus concentra informações voltadas para fora das organizações, *“especialmente à preservação do meio ambiente, mas também evidencia outras informações com um enfoque interno às empresas, relativo a gastos com bem estar social, seguridade, informações sobre empregados e condições de trabalho”* (Reis; Medeiros, 2009, p. 41).

Na França, na primeira metade da década de 1970, associações profissionais dos setores industriais locais recomendaram o estabelecimento periódico de um “balanço humano”, pois *“as organizações têm responsabilidades sociais e deveriam implementar essas responsabilidades, registrar suas atuações e divulgar informações sobre suas atividades, o que foi experimentado por diversas empresas”* (Dumont apud Reis; Medeiros, 2009, p. 41). A partir disso, iniciou-se uma série de estudos aliando reflexões teóricas sobre investimentos em atividades sociais e experiências práticas, as quais foram continuamente realizadas.

Um marco na história do Balanço Social surgiu, também, na França, quando, em 1972, a Singer fez o primeiro Balanço Social da história das empresas (Ibase, 2008).

Na América Latina, considerada como um continente em desenvolvimento, *“tem sua preocupação concentrada em problemas como emprego, educação, adaptação de tecnologias ao meio e outros aspectos em que as organizações apresentam, direta ou indiretamente, responsabilidade no que tange a questões sociais”* (Reis; Medeiros, 2009, p. 51). Dessa forma, experiências e gestão social desenvolvidas concentram-se em um “balanço social interno” às organizações, *“medindo o nível de remunerações, as condições físicas e ambientais de trabalho, o bem-estar social e a seguridade social, considerados elementos prioritários da tarefa social, portanto, centrado no desenvolvimento de sua problemática social”* (Gonçalves apud Reis; Medeiros, 2009, p.51).

No Brasil, as mudanças da mentalidade empresarial são notadas em 1965, através da “Carta de Princípios do Dirigente Cristão de Empresas”, publicado pela Associação de Dirigentes Cristãos de Empresas do Brasil (ADCE Brasil) (Ibase, 2008).

Segundo o Ibase,

na década de 1980, a Fundação Instituto de Desenvolvimento Empresarial e Social (Fides) chegou a elaborar um modelo. Porém, só a partir do início da década de 1990 algumas poucas empresas passaram a levar a sério esta questão e divulgar, sistematicamente, em balanços e relatórios sociais, as ações realizadas em relação à comunidade, ao meio ambiente e ao seu próprio corpo de funcionários(as). (2008)

O primeiro Balanço Social brasileiro, realizado em 1984, foi da Nitrofertil, empresa estatal baiana.

A década de 1990 marcou o período do surgimento e da consolidação de diversas empresas que se institucionalizaram para promover o tema da responsabilidade social empresarial. Nesta década foi quando “o amadurecimento da idéia de “responsabilidade social das empresas” e da necessidade de realização e publicação de balanço social anual na cultura das organizações empresariais brasileiras sofreu diversas influências nacionais e internacionais” (Ibase, 2008).

Entre os principais fatores que contribuíram para sua consolidação estão:

“a pressão por parte das agências internacionais; as campanhas de várias instituições de preservação da natureza para que as empresas privadas e públicas reduzissem o impacto ambiental; a Constituição de 1988 – que representou um grande avanço tanto em questões sociais como ambientais –; o exemplo de programas educacionais, esportivos e de apoio cultural realizados por grandes empresas multinacionais; e, por último, mas não menos importante, a atuação de grandes empresas públicas nacionais” (Ibase, 2008).

Vale salientar que, nessa época, houve uma conjunção de interesses pessoais de alguns empresários, Estado e sociedade em virtude da crescente cobrança por parte da sociedade civil organizada e de grandes investidores e fornecedores, que estavam em busca de novas práticas corporativas globais.

3.2.2 Definição

Segundo Sucupira, “Balanço Social é um documento publicado anualmente, reunindo um conjunto de informações sobre atividades desenvolvidas por uma empresa, em promoção humana e social, dirigidas e seus empregados e à comunidade na qual está inserida” (2001). Dessa forma, completa o autor, o Balanço Social se torna um valioso instrumento para medir o desempenho do exercício no que tange a responsabilidade social nas organizações.

Da mesma forma, o Ibase (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas) define Balanço Social como *“um demonstrativo publicado anualmente pela empresa reunindo um conjunto de informações sobre os projetos, benefícios e ações sociais dirigidas aos empregados, investidores, analistas de mercado, acionistas e à comunidade. É também um instrumento estratégico para avaliar e multiplicar o exercício da responsabilidade social corporativa”* (2010).

Segundo o Instituto, o Balanço Social deve mostrar o que faz por seus profissionais, dependentes, colaboradores e comunidade, dando transparência às atividades que buscam melhorar a qualidade de vida para todos, ou seja, *“sua função principal é tornar pública a responsabilidade social empresarial, construindo maiores vínculos entre a empresa, a sociedade e o meio ambiente”* (2010).

Dessa forma, a demonstração *“é uma ferramenta que, quando construída por múltiplos profissionais, tem a capacidade de explicitar e medir a preocupação da empresa com as pessoas e a vida no planeta”* (Ibase, 2010).

O Instituto Ethos define Balanço Social como *“um meio de dar transparência às atividades corporativas, de modo a ampliar o diálogo da organização com a sociedade. É também uma ferramenta de gestão da responsabilidade social, pela qual a empresa entende de que forma sua gestão atende à sua visão e a seus compromissos estabelecidos em relação ao tema da RSE, e em direção à sustentabilidade”* (2010).

Reis e Medeiros definem Balanço Social como um

“conjunto de informações sobre a atuação social das mesmas em relação aos programas sociais para os empregados (benefícios), entidades de classe (associações, sindicatos, etc.), governo (impostos) e cidadania (meio ambiente, parque, praças, entre outros), bem como permite aos agentes econômicos visualizarem essas ações sociais e relacionarem o desempenho econômico-financeiro ao desempenho operacional, ao desenvolvimento econômico e ao crescimento” (2009, p. 75).

Como verificamos acima, as definições seguem um raciocínio parecido, não havendo grandes diferenças entre elas. Dessa forma a definição usada nesse trabalho será a definição acima, por considerarmos mais completa, associando a demonstração com o desempenho econômico da empresa e ao crescimento da mesma.

3.2.3 Obrigatoriedade e Importância

A confecção e publicação do Balanço Social não são obrigatórias para as empresas no Brasil, conforme normas contábeis aplicáveis. Entretanto, diversos órgãos emissores de normas contábeis já emitiram opinião sobre a demonstração, conforme demonstramos a seguir.

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) não emitiu norma a respeito do assunto. Entretanto, o CFC deixou opinião de que o Balanço Social é parte do compromisso de gestão da empresa e define que *“o demonstrativo reúne informações sobre projetos, benefícios e ações sociais e serve como instrumento estratégico para avaliar e multiplicar o exercício da responsabilidade social corporativa”* (CFC, 2010).

O Ibase explica motivos para a publicação da demonstração. Explica que a publicação do Balanço Social demonstra um lado ético da empresa. Além disso, a demonstração agrega valor, pois traz um *“diferencial para a imagem da empresa, que vem sendo cada vez mais valorizado por investidores e consumidores no Brasil e no mundo”* (Ibase, 2010). Além disso, o Balanço Social reduz riscos, destacando que em um mundo globalizado, com informações se deslocando ao redor do mundo em minutos, uma conduta ética e transparente deve fazer parte da estratégia de qualquer organização.

O Ibase destaca que a demonstração é um moderno instrumento de gestão e de avaliação, pois *“os analistas de mercado, investidores e órgãos de financiamento (como BNDES, BID e IFC) já incluem o balanço social na lista dos documentos necessários para se conhecer e avaliar os riscos e as projeções de uma empresa”* (Ibase, 2010). Além disso, a demonstração é inovadora e transformadora, modificando uma visão antiquada e indiferente à satisfação e ao bem estar dos funcionários e sociedade.

Enfim, para o Ibase o Balanço Social *“favorece a todos os grupos que interagem com a empresa. Aos dirigentes fornece informações úteis à tomada de decisões relativas aos programas sociais que a empresa desenvolve”* (2010). Além de explicar as vantagens da utilização da demonstração, a Instituição criou o Selo

Balanço Social Ibase/Betinho, conferido anualmente a todas as empresas que publicam o Balanço Social em um modelo sugerido, dentro de uma metodologia e em critérios propostos.

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) apóia e incentiva a publicação voluntária das ações empresariais que reflitam as suas preocupações e responsabilidades no campo social. A Comissão vem participando desse processo, tendo emitido dois Pareceres de Orientação que incentivam a divulgação de informações de natureza social – o Parecer de Orientação CVM nº 15/87 na parte que trata do Relatório da Administração e o Parecer de Orientação CVM nº 24/92 sobre divulgação da Demonstração de Valor Adicionado.

Recentemente, a Comissão elaborou e colocou em audiência pública uma minuta de instrução em que se estabelece a obrigatoriedade da divulgação de um conjunto de informações de natureza social. Entretanto, não foi obtido consenso quanto a publicação obrigatória, pois a demonstração *“deve refletir o grau de engajamento e comprometimento da empresa e de seus dirigentes, além de estimular outras empresas a seguirem o mesmo caminho”* (CVM, 2010). Dessa forma, a CVM resolveu não emitir norma que obrigue as empresas a publicar o Balanço Social, mas o assunto foi repassado para o Congresso Nacional, para uma abordagem mais ampla do assunto.

Torna-se evidente que o Balanço Social está se tornando uma ferramenta cada vez mais essencial, apesar da não obrigatoriedade de confecção e publicação. Segundo Hebert de Souza, *“A idéia do Balanço Social é demonstrar quantitativamente e qualitativamente o papel desempenhado pelas empresas no plano social, tanto internamente quanto na sua atuação na comunidade”* (Ibase, 2010). O campo é vasto e diversas empresas já estão trilhando esse caminho. Realizar o Balanço Social significa um grande passo para consolidação de uma sociedade verdadeiramente democrática.

3.2.4 Modelo e Indicadores

O modelo a ser estudado neste trabalho será o da Global Reporting Initiative (GRI), pois é o utilizado pela empresa a qual faremos o estudo de caso.

A Global Reporting Initiative (GRI) é uma organização não-governamental internacional, com sede em Amsterdã, na Holanda. Sua missão é desenvolver e disseminar globalmente diretrizes para a elaboração de relatórios de sustentabilidade utilizadas voluntariamente por empresas do mundo todo.

A GRI tem focado suas atividades no desenvolvimento de um padrão de relatório que aborde os aspectos relacionados à sustentabilidade econômica, social e ambiental das organizações. Ela busca atribuir aos relatórios de sustentabilidade a mesma unidade e seriedade dos relatórios financeiros, conferindo-lhes o status de documento, através de pesquisas realizadas junto a centenas de parceiros em um processo voluntário, consensual e *multistakeholder*.

A primeira versão de Diretrizes para Relatórios de Sustentabilidade da GRI foi elaborada em 1999 e submetida a testes até o início de 2002. Já em outubro de 2006, foi lançada a terceira geração de Diretrizes que levou mais de dois anos para ser concebida. A elaboração dessas Diretrizes foi realizada de modo a fortalecer os princípios para a confecção de relatórios de sustentabilidade, contando com protocolos técnicos para todos os indicadores de desempenho.

Após um amplo trabalho envolvendo o Instituto Ethos, a Associação Brasileira de Comunicação empresarial (Aberje) e o Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas (FGV), foi lançada, no Brasil, a versão em português apenas dois meses depois do lançamento da versão original.

Na verdade, o que a GRI desenvolveu não foi apenas um modelo de Balanço Social, mas sim uma estrutura de relatórios de sustentabilidade que tem como prática a medição, divulgação e prestação de contas para *stakeholders* internos e externos do desempenho organizacional visando ao desenvolvimento sustentável.

A Estrutura de Relatórios da GRI visa servir como um modelo amplamente aceito para a elaboração de relatórios sobre o desempenho econômico, ambiental e social de uma organização. Foi concebida para ser utilizada por organizações de qualquer porte, setor ou localidade. Leva em conta as questões práticas enfrentadas por uma série de organizações, desde pequenas empresas até grupos com operações variadas e geograficamente espalhadas, e inclui o conteúdo geral e específico por setor, acordados globalmente por vários *stakeholders*, como aplicáveis na divulgação do desempenho de sustentabilidade da organização. (GRI, 2006, p.04)

A elaboração desse relatório de sustentabilidade é realizada através da análise da própria empresa a respeito de quais diretrizes irá adotar para melhor demonstrar informações sócio-ambientais.

As Diretrizes para Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade da GRI consistem de princípios para a definição do conteúdo do relatório e a garantia de qualidade das informações relatadas. Incluem também o conteúdo do relatório, composto de indicadores de desempenho e outros itens de divulgação, além de orientações sobre temas técnicos específicos relativos à elaboração do relatório. (GRI, 2006, p.04)

Os indicadores de desempenho do GRI são organizados de acordo com os grupos de desempenho e, posteriormente, conforme os aspectos a serem avaliados.

Quadro 1: Estrutura dos Indicadores do GRI

Categorias de Indicadores de Desempenho	Aspectos
Econômico	Desempenho Econômico Presença no Mercado Impactos Econômicos Diretos
Ambiental	Materiais Energia Água Biodiversidade Emissões, Efluentes e Resíduos Produtos e Serviços Conformidade Transporte Geral
Práticas Trabalhistas e Trabalho Decente	Emprego Relação entre os Trabalhadores e a Governança Saúde e Segurança no Trabalho Treinamento e Educação Diversidade e Igualdade de Oportunidades
Direitos Humanos	Práticas de Investimento e Processos de Compra Não-Discriminação Liberdade de Associação e Negociação Coletiva Trabalho Infantil Trabalho Forçado ou Análogo ao Escravo Práticas de Segurança Diretos Indígenas
Sociedade	Comunidade Corrupção Políticas Públicas Concorrência Desleal Conformidade
Responsabilidade pelo Produto	Saúde e Segurança do Cliente Rotulagem de Produtos e Serviços Comunicações de Marketing

	Conformidade Compliance
--	----------------------------

Dentro de cada um desses aspectos mostrados no Quadro 1 existem diversos indicadores de desempenho, que podem ser divididos em essenciais e adicionais.

Os indicadores essenciais são aqueles que são identificados como de interesse da maioria dos *stakeholders* e considerados importantes. Já os indicadores adicionais são aqueles que representam práticas emergentes ou tratam de temas que podem ser relevantes para algumas organizações, mas em geral não são para a maioria.

4. ESTUDO DE CASO

4.1 ALBERTO PASQUALINI – REFAP S/A

A empresa Refinaria Alberto Pasqualini é, como o próprio nome diz, uma refinaria de petróleo. Passou a se chamar Alberto Pasqualini - REFAP S/A a partir de janeiro de 2001, quando deixou de ser um órgão operacional da Petrobrás e passou a ser uma subsidiária dela. Isso se deu através da disponibilização de capital por parte da Petrobrás e da empresa espanhola Repsol que trouxe avanços tecnológicos para a companhia e manteve a força e a competitividade que caracterizam as maiores empresas do mundo.

Atualmente, a Refap atende ao Sul do Brasil e a países da América Latina como Uruguai, Argentina, Paraguai e Bolívia.

Sua missão é “fornecer produtos e serviços da indústria do refino de petróleo e de energia, atuando de forma rentável e com responsabilidade socioambiental”. A partir disso, podemos perceber que a empresa preocupa-se com o bem estar social e ambiental, apresentando relatórios sociais desde 2002.

Abaixo o Balanço Social da empresa:

Quadro 2: Balanço Social da empresa Alberto Pasqualini – REFAP S/A no período de 2007 a 2009

Fonte: <http://www.refap.com.br/upload/documento/doc22.pdf> e <http://www.refap.com.br/upload/documento/doc19.pdf>

1 - Base de Cálculo	2009 Valor (Mil reais)			2008 Valor (Mil reais)			2007 Valor (Mil reais)		
Receita líquida (RL)	9.219.177			9.914.192			8.384.871		
Resultado operacional (RO)	1.681.706			-2.146.835			205.076		
Folha de pagamento bruta (FPB)	122.429			129.100			128.846		
2 - Indicadores Sociais Internos	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	5.000	4,10	0,05	5.962	4,60	0,06	4.381	3,40	0,05
Encargos sociais compulsórios	33.386	27,30	0,36	31.658	24,50	0,32	30.265	23,50	0,36
Previdência privada	5.473	4,50	0,06	12.244	9,50	0,12	14.884	11,60	0,18
Saúde	6.148	5,00	0,07	10.283	8,00	0,10	11.000	8,50	0,13
Segurança e saúde no trabalho	2.997	2,40	0,03	3.927	3,00	0,04	3.952	3,10	0,05
Educação	1.542	1,30	0,02	1.527	1,20	0,02	1.346	1,00	0,02
Cultura	383	0,30	0,00	355	0,30	0,00	692	0,50	0,01
Capacitação e desenvolvimento profissional	2.314	1,90	0,03	2.881	2,20	0,03	2.836	2,20	0,03
Creches ou auxílio-creche	491	0,40	0,01	450	0,30	0,00	396	0,30	0,00
Participação nos lucros ou resultados	16.732	13,70	0,18	-	-	-	11.460	8,90	0,14
Transporte	5.554	4,50	0,06	6.619	5,10	0,07	4.805	3,70	0,06
Total - Indicadores sociais internos	80.020	65,40	0,87	75.907	58,80	0,77	86.017	66,80	1,03
3 - Indicadores Sociais Externos	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Educação	1.404	0,08	0,02	3.011	-0,14	0,03	1.539	0,75	0,02
Cultura	2.601	0,15	0,03	1.172	-0,05	0,01	2.128	1,04	0,03
Saúde e saneamento	90	0,01	0,00	650	-0,03	0,01	528	0,26	0,01
Esporte	36	0,00	0,00	248	-0,01	0,00	398	0,19	0,00
Combate a fome e segurança alimentar	125	0,01	0,00	-	-	-	357	0,17	0,00
Outros	114	0,01	0,00	340	-0,02	0,00	658	0,32	0,01
Total das contribuições para a sociedade	4.370	0,26	0,05	5.421	-0,25	0,05	5.608	2,73	0,07
Tributos (excluídos encargos sociais)	3.654.795	217,33	39,64	2.293.970	-106,85	23,14	2.439.215	1.189,42	29,09
Total - Indicadores sociais externos	3.659.165	217,59	39,69	2.299.391	-107,11	23,19	2.444.823	1.192,15	29,16

Quadro 3: Balanço Social da empresa Alberto Pasqualini – REFAP S/A no período de 2007 a 2009 (continuação)

Fonte: <http://www.refap.com.br/upload/documento/doc22.pdf> e <http://www.refap.com.br/upload/documento/doc19.pdf>

4 - Indicadores Ambientais	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção / operação da empresa	10.356	0,60	0,11	10.180	-0,50	0,10	7.051	3,40	0,08
Investimentos em programas e/ou projetos externos	-	-	-	0	-	-	6.880	3,40	0,08
Total dos investimentos em meio ambiente	10.356	0,60	0,11	10.180	-0,50	0,10	13.931	6,80	0,17
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	() não possui metas; () cumpre de 51 a 75%; () cumpre de 0 a 50%; (X) cumpre de 76 a 100%			() não possui metas; () cumpre de 51 a 75%; () cumpre de 0 a 50%; (X) cumpre de 76 a 100%			() não possui metas; () cumpre de 51 a 75%; () cumpre de 0 a 50%; (X) cumpre de 76 a 100%		
5 - Indicadores do Corpo Funcional	2009			2008			2007		
Nº de empregados(as) ao final do período	829			832			788		
Nº de admissões durante o período	17			67			64		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	537			533			681		
Nº de estagiários(as)	13			18			14		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	274			246			229		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	154			153			140		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	9,80%			9,18%			11,00%		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa (I)	nd			nd			nd		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	nd			nd			nd		
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais	19			17			18		

Quadro 4: Balanço Social da empresa Alberto Pasqualini – REFAP S/A no período de 2007 a 2009 (continuação)

Fonte: <http://www.refap.com.br/upload/documento/doc22.pdf> e <http://www.refap.com.br/upload/documento/doc19.pdf>

6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2009			2008			Metas 2009		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa (II)	9,7			9,04			9,04		
Número total de acidentes de trabalho (III)	0			6			2		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	<input type="checkbox"/> direção	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados (as)	<input type="checkbox"/> direção	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados (as)	<input type="checkbox"/> direção	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados (as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados (as)	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) + CIPA	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados (as)	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) + CIPA	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados (as)	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) + CIPA
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input checked="" type="checkbox"/> segue as normas da OIT	<input type="checkbox"/> incentiva e segue a OIT	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input checked="" type="checkbox"/> segue as normas da OIT	<input type="checkbox"/> incentiva e segue a OIT	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input checked="" type="checkbox"/> segue as normas da OIT	<input type="checkbox"/> incentiva e segue a OIT
A previdência privada contempla:	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos (as) empregados (as)	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos (as) empregados (as)	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos (as) empregados (as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos (as) empregados (as)	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos (as) empregados (as)	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos (as) empregados (as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	<input type="checkbox"/> não são considerados	<input type="checkbox"/> são sugeridos	<input checked="" type="checkbox"/> são exigidos	<input type="checkbox"/> não são considerados	<input type="checkbox"/> são sugeridos	<input checked="" type="checkbox"/> são exigidos	<input type="checkbox"/> não são considerados	<input type="checkbox"/> são sugeridos	<input checked="" type="checkbox"/> são exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> apóia	<input checked="" type="checkbox"/> organiza e incentiva	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> apóia	<input checked="" type="checkbox"/> organiza e incentiva	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> apóia	<input checked="" type="checkbox"/> organiza e incentiva
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):(IV)	na empresa 56	no Procon	na Justiça	na empresa 21	no Procon	na Justiça	na empresa 21	no Procon	na Justiça
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa 100 %	no Procon %	na Justiça %	na empresa 100 %	no Procon %	na Justiça %	na empresa 100 %	no Procon %	na Justiça %
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2009: 4.246.837			Em 2008: 1.672.430			Em 2007: 2.584.837		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	86% governo; 3% colaboradores(as); 0% acionistas; 26% retido; (15)% Instituições financeiras/fornecedores			94% governo; 8% colaboradores(as); 0% acionistas; (85)% retido; 83% Instituições financeiras/fornecedores			96,5% governo; 3,4% colaboradores(as); 1,6% acionistas; 1,8% retido; 3,3% Instituições financeiras/fornecedores		

7. Outras informações

(I) A Refap S/A não considera distinções étnicas. (II) Numero de acidentes com afastamento - empregados próprios e contratados.

(I) A Refap S/A não considera distinções étnicas. (II) A Companhia não tem meta definida, praticando política de remuneração baseada em acordo coletivo de trabalho. (III) Numero de acidentes com afastamento - empregados próprios e contratados. (IV) A Companhia não tem meta, monitora a satisfação dos clientes.

4.2 BALANÇO SOCIAL DA REFAP

A Refap desenvolve ações e projetos de responsabilidade socioambiental através do Programa Refap Cidadã que compreende quatro focos de atuação: Cidadania, Meio Ambiente, Qualidade de Vida e Cultura.

Há 3 anos a Refap não modificou os indicadores que demonstra em seu Balanço Social, o que facilita nossa análise quanto aos dados informados.

Quanto aos indicadores sociais internos é possível perceber que o maior investimento foi em 2007, tanto em valores brutos quanto em percentual da receita líquida. A partir de 2008 esses valores diminuiram, provavelmente em virtude do prejuízo apresentado nesse ano causado pela crise financeira global. Em 2009 houve um pequeno crescimento, denotando a recuperação da empresa.

Podemos observar que o percentual de capacitação e desenvolvimento profissional em relação à receita líquida permaneceu o mesmo, mas se verificarmos o relatório anual de 2009 é possível ver que ocorreu o aumento do Índice de Atos Seguros, que é uma ferramenta estatística de identificação de desvios na execução de tarefas, permitindo a elaboração de planos preventivos.

Outro indicador importante que teve mudanças foi o de segurança e saúde no trabalho que apresentou uma diminuição em seu percentual de investimento. Porém, quando relacionado ao número total de acidentes de trabalho observamos que houve uma redução que levou ao número zero.

Em relação ao quadro de funcionários, como as contratações são realizadas mediante aprovação e validade de processos seletivos públicos é difícil mensurar a preocupação social da empresa referente à contratação e permanência de pessoas acima de 50 anos, negros e jovens.

Quanto aos indicadores sociais externos, podemos perceber que houve um aumento de, aproximadamente, 10% no total de investimentos em relação ao percentual sobre a receita líquida, chegando a 39,69% da Receita Líquida em 2009.

Referente aos indicadores ambientais é possível observar um aumento gradativo nos investimentos relacionados com a operação da empresa. Como resultado disso pode apontar a diminuição no Índice de Emissões Atmosféricas, que calcula quantas toneladas de dióxido de enxofre foram emitidas, conforme consta no relatório anual de 2009.

5. CONCLUSÃO

Atualmente, é necessário que a sociedade tenha cada vez mais a noção de que é preciso respeitar o meio ambiente e também as pessoas menos privilegiadas, tanto no aspecto econômico quanto no social, para que possamos preservar o planeta e harmonizar as relações sociais a fim de que gerações futuras possam usufruir um mundo melhor e obtenham uma consciência socioambiental intrínseca.

O papel da empresa na sociedade é mais importante do que simplesmente adquirir lucros. A partir do momento que ela utiliza recursos naturais para sua operação, é claro que gerará resíduos que podem afetar o meio ambiente e a sociedade em que está inserida. Assim, as empresas precisam adotar medidas para diminuir isso.

Por isso, é cada vez mais importante que as empresas adotem princípios de Responsabilidade Socioambiental. A partir disso, ela passa a implantar programas internos e externos para desenvolver essa idéia e assim espalhando esse conceito.

Sendo assim, quando a empresa realiza ações de cunho socioambiental estará influenciando seus colaboradores, as pessoas que são atingidas por essas ações e a sociedade como um todo.

A partir da comparação realizada entre os indicadores de desempenho, constatou-se a necessidade de recorrer ao restante do Relatório Social para entender as políticas de responsabilidade socioambiental da empresa. Sendo assim, concluímos que o Balanço Social, sozinho, traz indicadores e algumas informações que dão uma noção de como a empresa visualiza isso e os investimentos relacionados, mas não as esclarece a ponto de que seja de fácil visualização de como são realizadas. Dessa forma, o mais apropriado seria que fosse publicado um relatório explicativo das informações que estão no Balanço Social.

No caso da Refap, a empresa divulga relatórios sociais em que explica e demonstra programas de inclusão e ajuda social como o Refap Cidadã e também de suas ações para a preservação do meio ambiente.

Através deste trabalho foi possível perceber que é necessária, não apenas a elaboração e divulgação do Balanço Social, mas sim de um Relatório Social

completo onde a empresa possa explicar como são suas ações de cidadania e preservação ambiental. Ambos são importantes e completam um ao outro.

THE USE OF SOCIAL BALANCE AS INSTRUMENT OF SOCIAL AND ENVIRONMENTAL ASPECTS DISCLOSURE OF BIG ENTERPRISES IN RIO GRANDE DO SUL FROM 2007 TO 2009: CASE STUDY OF ALBERTO PASQUALINI – REFAP S/A.

ABSTRACT

Environmental and social problems afflicting our society today. We can not deny the improvements that have occurred, but much remains to be done. Companies, contribute greatly to the environmental and social problems, so, increasingly, they have been investing in actions to remedy and prevent these problems, demonstrating this through the Social Report. In this work, we dealt with the issue of social responsibility, as well as the Social Report, its evolution, importance and obligation as literature. Furthermore, an analysis was made regarding the position of ruling agencies like the Securities Commission (CVM) and the Federal Accounting Council (CFC) in respect of this demonstration. Was held, also, the case study of the social Alberto Pasqualini Refinery - REFAP aiming to observe the use of it to highlight the actions and social and environmental investments by the company under review. By comparison of some performance indicators for the years 2007, 2008 and 2009, and co-relationship of these with the rest of the company's annual social report, it was concluded that the Social alone is not able to demonstrate clearly what business is doing in relation to social and environmental aspect.

KEYWORDS

SOCIAL RESPONSABILITY, SOCIAL BALANCE, REFAP.

REFERÊNCIAS:

ALBERTON, Luiz; CARVALHO, Fernando N. e CRISPIM, Graciele H. *Evidenciação da responsabilidade social/ambiental na perspectiva de um novo contexto empresarial*. IV Congresso USP – Controladoria e Contabilidade, São Paulo – SP, 2004.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA. *Prêmio Responsabilidade Social*. Disponível em: <<http://www.al.rs.gov.br/responsabilidadesocial/2009/pesquisa2009.asp?txtAno=2008&txtCategoria=1&txtTipo=3>>, acesso em 12 de dezembro de 2009.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023. *Informação e documentação: referências - elaboração*. Rio de Janeiro: ABNT, ago. 2002.

BEUREN, Ilse M. *Como elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade: teoria e prática*. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

CARVALHO, Fernanda de Medeiros & SIQUEIRA, José Ricardo M. de. *Regulamentações Brasileiras do Balanço Social* In. FERREIRA, Aracéli C de S, SIQUEIRA, José R. M de. & GOMES, Mônica Zaidan. *Contabilidade Ambiental e Relatórios Sociais*. São Paulo: Atlas, 2009 p. 23-41.

DIAS, Lidiane N. da Silva & SIQUEIRA, José Ricardo M de. *Os Indicadores Ambientais no Balanço Social da Petrobrás*. In. FERREIRA, Aracéli C de S, SIQUEIRA, José R. M de. & GOMES, Mônica Zaidan. *Contabilidade Ambiental e Relatórios Sociais*. São Paulo: Atlas, 2009 p. 76-91.

DRUCKER, Peter. *O melhor de Peter Drucker: a administração*. São Paulo. Nobel, 2001

ETHOS. *Global Reporting Initiative*. Disponível em: <
<http://www.ethos.org.br/DesktopDefault.aspx?TabID=4206&Alias=ethos&Lang=pt-BR>> Acesso em: 22 de março de 2010.

ETHOS. *Introdução ao Balanço Social*. Disponível em: <
http://www.ethos.org.br/docs/conceitos_praticas/guia_relatorio/default.htm> Acesso em: 12 de dezembro de 2009.

ETHOS. *O que é RSE: Referências*. Disponível em: <
http://www1.ethos.org.br/EthosWeb/pt/52/o_que_e_rse/referencias/referencias.aspx> Acesso em: 12 de maio de 2010.

FREY, Márcia R. e VENDRUSCULO, Raquel Aline Bartz. *Análise das ações sociais das empresas de pequeno porte certificadas pelo prêmio responsabilidade social - RS*. X Convenção de Contabilidade do Rio Grande do Sul, Bento Gonçalves –RS, 2005.

GIODA, Adriana. *Problemas Ambientais: Temos Consciência da Influência dos Mesmos em Nossas Vidas?* 2007. Disponível em: <
http://www.terrabrasil.org.br/noticias/materias/pnt_problemasamb.htm> Acesso em: 25 de junho de 2010.

GLOBAL REPOSTING INITIATIVE. *Diretrizes para Relatório de Sustentabilidade*. 2006. Disponível em: <
http://www.uniethos.org.br/_Uniethos/documents/gri_g3_portugues.pdf> Acesso em 05 de abril de 2010.

IBASE. *Publique seu Balanço Social*. Disponível em: <
<http://www.balancosocial.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm>>, Acesso em 12 de dezembro de 2009.

IBASE. *Balanço Social: O Desafio da Transparência*. Ibase: 2008. Disponível em: <
<http://www.ibase.br/modules.php?name=Conteudo&pid=2414>>, acesso em 12 de dezembro de 2009.

MEDEIROS, Luiz E. e REIS, Carlos N. dos. *Responsabilidade Social das Empresas e Balanço Social: meios propulsores do desenvolvimento econômico e social*. 1 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

REFAP, Refinaria Alberto Pasqualini. *Demonstrações Financeiras 2009*. Disponível em: < <http://www.refap.com.br/upload/documento/doc22.pdf>> Acesso em: 21 de junho de 2010.

REFAP, Refinaria Alberto Pasqualini. *Relatório Social e Ambiental*. Disponível em: < <http://www.refap.com.br/upload/documento/doc19.pdf>> Acesso em: 17 de abril de 2010.

REIS, Carlos Nelson dos & MEDEIROS, Luiz Edgar. *Responsabilidade Social das Empresas e Balanço Social: Meios propulsores de desenvolvimento econômico e social*. 1 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SIQUEIRA, José Ricardo M de. *Balanço Social: Evidenciação da Responsabilidade Social*. In. FERREIRA, Aracéli C de S, SIQUEIRA, José R. M de. & GOMES, Mônica Zaidan. *Contabilidade Ambiental e Relatórios Sociais*. São Paulo: Atlas, 2009 p. 1-22.

SOUZA, Nali de J. de. *Considerações sobre a dissertação de mestrado*. Revista Análise Econômica, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Ano 9, n. 1ó, set. 1991, p. 153-165.

SUCUPIRA, João, A. *Ética nas empresas e Balanço Social*. In. SILVA, César A. Tibúrcio & Freire, Fátima de Souza. *Balanço Social: Teoria e Prática*. São Paulo: Atlas, 2001. p. 117-128.

TORRES, Ciro. *Um Pouco da História do Balanço Social*. Disponível em: < <http://www.balancosocial.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=3&sid=3>> Acesso em: 13 de maio de 2010.

VIERA, Euselia P., MACIEL, Eliana R. e ROSSI, Elisandra G. *Balanco Social: uma contribuição a cidadania*. IX Convenção de Contabilidade do Rio Grande do Sul, Gramado – RS, 2003.